

## APRESENTAÇÃO

É difícil apresentar um livro como este de Elisa Guaraná. A etnografia que elaborou comporta uma descrição detalhada da vida em um assentamento rural, que vai muito além dos itens convencionais, incluindo uma contextualização histórica primorosa e uma elaborada abordagem dos mecanismos de herança, fundamentais na reprodução da coletividade social em questão. “Jovens” e “juventude”, por sua vez, são objeto de uma longa e complexa discussão, que inclui a questão de sua própria pertinência conceptual. Orientador seu que fui, fiz-lhe, em certo momento, a sugestão de transformar a tese que está na origem desta publicação em dois livros, um sobre o assentamento estudado, e outro sobre juventude, lembrando que seria uma maneira de tornar mais clara a contribuição aportada sobre cada um dos temas. Quando não, tornaria mais simples as coisas para os leitores e para o prefaciador.

Relendo o texto hoje, reconheço que Elisa estava certa em sua decisão de não separar o que eu via como dois trabalhos. Percebo que estaríamos sacrificando sua originalidade à comodidade da leitura. “Jovens” e “juventude” não entraram em cena por um interesse intelectual anterior da autora em torno do tema. A preocupação com jovens se impôs, em diferentes contextos, de diferentes modos, como uma preocupação daqueles grupos que estavam sendo estudados. O “desinteresse dos jovens pelo assentamento” e a “atração da cidade”, podendo comprometer o futuro do assentamento, foi uma das queixas que escutou em seus primeiros contatos. Em vez de aceitar essa formulação como definidora do problema a ser investigado – nesse caso, a reprodução ameaçada do assentamento – a pesquisadora preferiu ouvir mais sobre “jovens” e “juventude”, segui-los em suas práticas e aos que como tais os classificavam, para entender o que estava em jogo no uso desses termos. Na verdade, a questão dos “jovens” mostrou-se fundamental para o entendimento do assentamento. E pensar categorias como “jovem” e “juventude” numa situação concreta como aquela abriu um caminho para repensar as

discussões que, de longa data, ocupam a atenção de cientistas sociais e para sair de alguns impasses recorrentes que as frequentam.

O tratamento dado por Elisa Guaraná ao modo como diferentes grupos (inclusive os etários) operam com as noções de jovens e juventude permitiu que fosse recuperada a participação de crianças e jovens na formação do assentamento (algo omitido, via de regra, pelos adultos e sistematicamente ignorado nos estudos de movimentos sociais) e que fossem explicitadas concepções – não apenas de jovens – do que seja um assentamento e do que significa viver num assentamento. Ouvir não apenas os adultos que participaram da luta pela terra em um passado recente, luta consubstanciada na ocupação e no acampamento em uma fazenda, mas também os adultos de hoje, que eram “jovens” naquele episódio marcante e os hoje jovens, então crianças; acompanhar suas divergências hoje sobre o que foram essas lutas e sobre o destino a ser dado aos lotes obtidos opera uma redefinição de temporalidade, que é crucial para o entendimento das relações sociais em jogo. Refletir sobre o assentamento nos termos normalmente feitos, por mais ricos que fossem as informações produzidas, não seria suficiente para pensar processos sociais que se mostraram suprageneracionais. Nem mesmo uma análise cuidadosa, como a que faz dos mecanismos de herança e sucessão, seria suficiente para enfrentar a questão, uma vez que o foco aí é o passar adiante da terra e outros bens operado pelo pai de família, num presente imediato, não sendo as atividades e os projetos dos filhos – e muito menos suas próprias concepções – levados em consideração. Note-se: não sendo levados em consideração nos modelos analíticos; em situações como a que Elisa analisou são considerados sim, e são motivo de conflitos, não em torno da definição do sucessor, mas do destino a ser dado à terra.

Foram também os jovens que fizeram a pesquisadora perceber que as fronteiras do assentamento “Mutirão Eldorado”, que pretendia estudar, não se limitavam às suas fronteiras físicas. Longe de encontrar um grupo fechado, trabalhando como agricultores nos seus lotes e relacionando-se socialmente com vizinhos e companheiros de luta, a pesquisadora deparou-se com uma intensa circulação. Circulação de jovens entre localidades rurais, entre áreas rurais e urbanas, entre áreas urbanas. Circulação para estudar, para trabalhar, para visitar os parentes ou familiares, para encontrar os amigos, para procurar um cônjuge. Mas também circulação, ainda que menos intensa hoje, mas comum no passado, de adultos, fazendo, por vezes, circuitos ainda mais longos, envolvendo campo e cidade. Aos poucos, a ideia, ainda tão difundida nos dias que correm, do “campesinato imóvel”, e aquela do seu desaparecimento por força da “atração da cidade”, outro lugar-comum, vão sendo desconstruídas

pela autora, que vai mostrando que, hoje como no passado, esses deslocamentos são cruciais na sua reprodução. A saída dos filhos, mesmo a definitiva, segundo a autora, não significa uma ruptura com o núcleo familiar, mas a busca de autonomia face à autoridade paterna, o que irá permitir a extensão da família em novos núcleos, que continuarão referidos à terra conquistada. O melhor exemplo disso são os filhos que moram permanentemente na cidade e reclamam da intenção paterna de vender a terra.

Mas o livro não só questiona os limites dos assentamentos. Também os da cidade são relativizados. Há assentados e outros trabalhadores rurais que preferem morar em áreas definidas como urbanas, mesmo que seu trabalho diário seja na terra. Há filhos de agricultores que, na cidade, sem trabalhar na terra, beneficiam-se da venda ou do uso de produtos dos lotes familiares ou da qualificação adquirida em suas redes familiares para empregos rurais, mas não agrícolas. Há filhos que, sem qualquer vínculo desse tipo, não abrem mão de frequentar o sítio ou o lote, ali trabalhando se preciso for. Elisa explora todas essas “pontes” e muitas outras, questionando, de forma brilhante, a oposição rural-urbano, e dissociando a identificação entre rural e agricultura ou entre o rural e a profissão de agricultor. Nas suas palavras, o sítio e o lote estão associados “ao universo da família e não a um meio de vida” (p. 199). E, mais fortemente ainda, nas suas “Conclusões”: “Permanecer no campo [...] está menos calcado na construção da agricultura como alternativa profissional e mais no peso simbólico da conquista da terra” (p. 398).

É importante lembrar que o que vamos ler é indissociável do trabalho de pesquisa desenvolvido. Não me refiro à extensão do trabalho de campo e aos instrumentos formais utilizados, que a autora criteriosamente descreve na Introdução, mas às relações que efetivamente se instauraram entre a pesquisadora e as coletividades estudadas, que deram corpo à pesquisa e às formulações da pesquisadora, sutilmente explicitadas ao longo do trabalho. Aliás, uma das grandes virtudes deste texto é a explicitação do dinamismo e da diversidade do processo de pesquisa. Se, na Introdução (p. 21), a autora menciona a revisão das primeiras impressões, na própria Introdução e ao longo de todo o texto, o que o trabalho nos mostra é uma revisão de cada passo dado. Nada de simplificar procedimentos, juntando numa categoria única atores sociais que partilham uma característica social que a autora considere importante, como seria, por exemplo, “assentado”. O esforço é todo no sentido de explorar as diferenças para ver o que pode haver de comum.

Elisa Guaraná não suspendeu suas atividades na universidade onde trabalha enquanto fazia seu doutorado no Museu Nacional. Discutimos algumas

vezes sobre o problema de tempo, sobre por que não uma bolsa, mas só no ano de redação da tese é que ela interrompeu suas atividades por alguns meses e, mesmo durante esse período, não perdeu o contato com o grupo que estava estudando. Mas o que me parecia uma dificuldade burocrática (licenciar-se da universidade) revelou-se uma estratégia de pesquisa extremamente eficaz. Na verdade, o texto capitaliza um conhecimento produzido não apenas durante a investigação específica para a tese de doutorado da autora, mas produzido também em experiências anteriores, não só de pesquisa, mas de convivência diversificada com pessoas e grupos na área estudada, que prossegue existindo. A exemplo do “presente” do grupo estudado, que incorpora algo como um passado próximo e um futuro sem limites claros, o “presente etnográfico” da pesquisadora também se estende para muito além das relações estabelecidas estritamente para a consecução daquela pesquisa. Esse modo de operar não só lhe garantiu facilidade de contato com pessoas e grupos importantes para aquilo que estava querendo estudar, mas uma densidade de relacionamentos e um acesso a sua intimidade raramente vistos. Mas, sobretudo, permitiu rever recortes preestabelecidos e ter condições de perceber os significados em jogo na vida em torno dos assentamentos e na utilização de categorias como “jovens” e “juventude”.

Se me pedissem para resumir as contribuições que traz este livro, eu diria que, além de ser uma etnografia densa e original, que nos leva a refletir sobre os múltiplos caminhos que um pesquisador pode trilhar, é um trabalho que ressitua as discussões em torno de categorias como jovens e juventude, abrindo caminhos para novas pesquisas. Mas, sobretudo, uma contribuição importante ao questionamento da oposição rural-urbano, nos termos em que comumente é pensada (onde a lógica operativa das coletividades familiares ou outras é reduzida ao exercício de tarefas prévia e impositivamente definidas como rurais ou urbanas), o que nos permite não apenas rever um certo aparato conceitual, mas perceber com maior nitidez que a questão agrária não pode ser pensada apenas como uma questão rural. Ela passa por diferentes significados atribuídos à terra e à propriedade pelas “famílias dos sítios e dos lotes”, que não são apenas aquelas que ali residem, e por seus adversários, na cidade ou no campo. Como também por práticas e interesses conflitivos, não circunscritos a qualquer um dos espaços.

*Moacir Palmeira*